

## Mensagem do Presidente

Desafios importantes marcaram 2011 em todos os negócios do Grupo AES Brasil. Frente a um cenário mais complexo, simplificar foi o melhor caminho. Revisitamos e aprimoramos nossa estrutura de gestão, reforçamos nossos programas de investimentos na geração e distribuição de energia elétrica, renovamos nosso compromisso com o atendimento e a qualidade de serviços prestados a nossos mais de 7,5 milhões de clientes e buscamos maior eficiência em nossos processos operacionais. Ao realizarmos o valor criado em nosso negócio de telecomunicações - AES Atimus - concluindo com sucesso sua venda por R\$ 1,6 bilhão, reafirmamos o nosso foco estratégico de sermos um dos principais grupos do setor de energia elétrica brasileiro.

Em 2011, investimos R\$ 1,3 bilhão, 14% superior ao valor investido em 2010. No nosso negócio de distribuição, investimos R\$ 1 bilhão (R\$ 948 milhões em 2010), expandindo nossas redes elétricas para atender 234 mil novos clientes e o aumento continuado do consumo, ampliando e acelerando a automação de nosso sistema elétrico e fortalecendo a capacidade de atendimento a nossos clientes e de poder de resposta a eventos climáticos mais severos. Foram investidos R\$ 739 milhões na AES Eletropaulo e R\$ 271 milhões na AES Sul.

Vivenciamos na AES Eletropaulo, em junho de 2011, situação bastante adversa com a passagem de um ciclone extratropical, interrompendo o fornecimento de energia elétrica a cerca de 600 mil clientes. De forma a ampliar nossa capacidade de resposta em situações similares, bem como dar continuidade à melhoria da qualidade dos serviços prestados a nossos clientes, reforçamos nossas ações operacionais e investimentos, dedicando cerca de R\$ 242 milhões em um plano de ação específico, cuja implementação se iniciou em julho de 2011 e que se estenderá até o fim de 2012.

Os resultados almejados vêm sendo alcançados. A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2011 com uma Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) de 5,45 vezes e com uma Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) de 10,36 horas, respectivamente o 4º e 6º melhores FEC e DEC entre as grandes distribuidoras de energia elétrica brasileiras. Já neste mês de fevereiro de 2012 registramos um FEC de 4,94 vezes e um DEC de 9,16 horas. Nosso objetivo é seguir aprimorando e encerrar 2012 com um FEC de 5,03 vezes e um DEC de 8,11 horas, frente a um limite regulatório de 8,67 horas e 6,87 vezes.

Na AES Sul, também como resultado de nossas ações e investimentos na contínua melhoria da qualidade dos serviços prestados, alcançamos uma redução de 2,68 horas no DEC e de 0,83 vez no FEC, encerrando 2011 com um DEC de 15,37 horas e um FEC de 9,28 horas.

Na geração de energia elétrica investimos R\$ 175,3 milhões (R\$ 82,2 milhões em 2010) principalmente na manutenção e modernização de nossas usinas hidroelétricas da AES Tietê, que tem como meta dobrar sua capacidade instalada, adicionando cerca de 3 mil MW até 2016. Nesse sentido, em 2011 avançamos com o projeto Termo São Paulo, unidade termelétrica a gás natural com capacidade de geração de 550 MW, a ser instalada no município de Canas (SP), com investimento previsto de R\$ 1,1 bilhão. Em outubro de 2011 foi obtida a Licença Ambiental Prévia e, tão logo se confirme disponibilidade de suprimento de gás natural para novos leilões de energia, o projeto poderá ser levado adiante.

A AES Uruguiana, termelétrica com capacidade de geração de 640 MW, permanece com suas atividades paralisadas em função da suspensão do contrato de fornecimento de gás da Argentina. Em dezembro de 2011, foram retomadas as audiências no processo de arbitragem movido pela AES Uruguiana contra a YPF S.A. na Argentina. Nossa expectativa é que este processo seja concluído no segundo semestre de 2012.

Em Segurança, nosso Valor Número 1, nossos investimentos foram de R\$ 43,5 milhões direcionados a treinamentos, campanhas e palestras junto a comunidades e escolas, equipamentos de proteção e aperfeiçoamento constante de procedimentos operacionais. Esses investimentos e o comprometimento de todos os nossos colaboradores foram decisivos para que em 2011 não tivéssemos qualquer fatalidade com colaboradores próprios e contratados e para que reduzíssemos em 32% o número de acidentes fatais com a população na área de concessão de nossas distribuidoras de energia elétrica.

Em nossa atuação social nas comunidades, demos mais um passo. Em julho de 2011 inauguramos a 7ª unidade da Casa de Cultura e Cidadania em Novo Hamburgo, área de concessão da AES Sul, no Rio Grande do Sul. Com essa nova unidade, atingimos cerca de 5.600 crianças e adolescentes beneficiados diretamente pelo projeto. A AES Eletropaulo, junto com o Ministério de Desenvolvimento Social e prefeituras de sua área de concessão, tem realizado o cadastramento de beneficiários da Tarifa Social, em vista das alterações introduzidas na regulação específica em 2011. Já foram cadastrados cerca de 270 mil beneficiários, e nossa expectativa é que se alcance cerca de 500 mil clientes.

Em 2011, o Grupo AES Brasil alcançou um Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 4,9 bilhões e um lucro líquido de R\$ 3 bilhões, 17% e 35% superiores a 2010, respectivamente.

Em 2011, tivemos diversos reconhecimentos, destacando-se:

- AES Eletropaulo foi considerada, pela terceira vez consecutiva, "A Empresa mais Admirada no Brasil", na categoria Fornecimento de Energia Elétrica, pela revista Carta Capital;
- AES Sul conquistou o Prêmio Ibero-americano de Qualidade, o Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) nas categorias Qualidade da Gestão e Responsabilidade Social e a Medalha Eloy Chaves, outorgada pela Fundação COGE, em reconhecimento a seus padrões de segurança;
- AES Tietê conquistou o Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, entre empresas com receita líquida até R\$ 2 bilhões, e o Prêmio Destaque Setorial, na categoria Energia Elétrica, do Prêmio Abrasca de Criação de Valor;
- AES Eletropaulo e AES Tietê mantiveram-se no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, pelo sétimo e sexto ano, respectivamente;
- AES Eletropaulo, AES Tietê e AES Sul receberam o Selo Ético, fazendo parte do Cadastro Pró-Ética, uma iniciativa - da Controladoria Geral da União e do Instituto Ethos.

Para o período de 2012 a 2016, definimos um novo Planejamento Estratégico, suportado por nossa Plataforma de Sustentabilidade, renovando e reforçando o foco no cliente e estabelecendo os demais direcionadores-chave para os próximos 5 anos: crescimento, gestão de públicos de relacionamento e eficiência e disciplina na execução. A este planejamento estão associados investimentos em nossos negócios de distribuição e geração de energia elétrica de cerca de R\$ 5,5 bilhões nos próximos 5 anos. Para distribuição estão previstos R\$ 4,7 bilhões, e na geração R\$ 814 milhões. Esses valores poderão ser ampliados à medida que avançarmos na nossa estratégia de crescimento e no desenvolvimento de novos projetos de geração.

Agradecemos a confiança de nossos clientes, a dedicação e o compromisso de nossos colaboradores e todo o suporte de nossos fornecedores, acionistas, comunidades, órgãos reguladores, poderes públicos e investidores.

**Britaldo Soares**

Presidente do Grupo AES Brasil

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011**

**PREZADOS ACIONISTAS**

A administração da AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguiana" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis, acompanhadas do Relatório de Auditoria dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às concessionárias e autorizadas de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

**PERFIL**

A AES Uruguiana é uma Companhia de geração de energia termelétrica a gás natural constituída em 2000 na cidade de Uruguiana no Estado do Rio Grande do Sul que possui capacidade instalada de 639,9 MW (megawatts). Possui duas turbinas de combustão com capacidade de 187,5 MW cada e uma turbina a vapor com 265 MW. A geradora está com suas atividades paralisadas desde abril de 2009 devido à interrupção do fornecimento de gás por parte da fornecedora Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. ("YPF"). Em março de 2009, a AES Uruguiana apresentou requerimento de arbitragem contra a YPF perante a Câmara de Comércio Internacional ("ICC"), pleiteando o pagamento de indenização pelo término do contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998 entre YPF, AES Uruguiana e Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás"). Em abril de 2009, a YPF apresentou requerimento de arbitragem contra a AES Uruguiana, a Sulgás e a Transportadora de Gás Del Mercosur S.A. ("TGM") perante a ICC requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de que AES Uruguiana e Sulgás repudiaram e, unilateralmente e ilegalmente, rescindiram o referido contrato, e de que seriam elas as responsáveis por todo e qualquer dano experimentado pelas partes por conta de tal término.

Em 2011, os dois procedimentos arbitrais foram consolidados em procedimento único e um novo cronograma processual foi estabelecido. Em dezembro de 2011, foram realizadas as audiências para que fossem ouvidos os peritos e em janeiro de 2012 foram apresentadas as alegações finais de todas as partes. Estima-se que o mérito da arbitragem seja definido até o final do 1º semestre de 2012.

**DESEMPENHO OPERACIONAL**

Devido à interrupção no fornecimento de gás natural, em abril de 2009, a AES Uruguiana interrompeu suas atividades de operação e iniciou a realização do programa de manutenção e conservação. Essa decisão foi tomada visando a redução de custos e a preparação para uma possível retomada das atividades no futuro, em havendo disponibilidade de gás. A interrupção das atividades operacionais da AES Uruguiana representa uma decisão circunstancial e não implica em quaisquer mudanças no planejamento da AES Brasil e na manutenção de seus investimentos no Brasil.

**DESEMPENHO COMERCIAL**

A AES Uruguiana não possui nenhum contrato de compra e venda de energia para 2011 e anos seguintes.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Devido à condição de hibernação, a AES Uruguiana não auferiu receitas no exercício de 2011. Suas despesas operacionais alcançaram R\$ 20,5 milhões em 2011, devido principalmente a despesas com manutenção e conservação. No ano, o resultado financeiro foi positivo em R\$ 11,8 milhões devido ao rendimento das aplicações financeiras. Assim, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 8,3 milhões.

**INVESTIMENTOS**

Em 2011, foram investidos R\$ 0,1 milhão em manutenção e conservação ante R\$ 0,6 milhão em 2010.

**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

A AES Uruguiana foi a primeira usina termelétrica a operar com gás natural no Brasil, em 2000. Um dos compromissos da empresa é a gestão dos impactos de suas atividades no meio ambiente, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Em consequência da interrupção no fornecimento de gás natural a partir da Argentina, a companhia se encontra em hibernação e suas atividades de geração de energia estão paralisadas. As atividades atuais se mantêm restritas ao cronograma de manutenção e conservação da usina para garantir seu funcionamento imediato após reinício do fornecimento de gás natural. Embora a Companhia adote as diretrizes do Sistema de Gestão Integrado (SGI) contemplando as normas ISO 14001:2004 (Meio Ambiente) e BS OHSAS 18001:2007 (Saúde e Segurança do Trabalho) da AES Brasil, a paralisação das atividades promoveu uma redução significativa na emissão de resíduos e, consequentemente, nos impactos ambientais da Companhia.

**AUDITORIA INDEPENDENTE**

A AES Uruguiana utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Tercio Auditores Independentes ("EYT") para auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações trimestrais. As políticas da Companhia vetam a contratação de seus auditores independentes para prestação de serviços que acarretem conflito de interesses ou perda de independência. O escopo de trabalho de nossos auditores independentes não inclui a revisão de informações não financeiras apresentadas no relatório, tais como volume de energia vendida, comprada ou gerada, preços, entre outras, assim como os percentuais derivados dessas informações.

**A ADMINISTRAÇÃO**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	2011		2010		Notas	2011		2010	
		2011	2010	2011	2010		2011	2010	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	4	56	45			12	119.930	106.014		
Investimentos de curto prazo	4	151.384	154.311				125	1.038		
Concessionárias e outras contas a receber	5.1	4.248	4.248				577	455		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.2	(4.248)	(4.248)				30	40		
Devedores diversos		12	25			15	1.131	580		
Contas a receber de partes relacionadas	13	11.753	11.187			14	1.501	3.960		
Outros créditos	7	40	388				105	98		
Almozarifado		-	526							
Despesas pagas antecipadamente		182	238							
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>163.427</b>	<b>166.720</b>				<b>123.399</b>	<b>112.185</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>										
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	33.121	33.121			6	70.887	70.887		
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	22.255	17.453			15	2.970	4.680		
Outros tributos compensáveis	9	3.427	3.464			14	1.844	1.659		
Tributos e contribuições sociais diferidos		28	28				13	5		
Cauções e depósitos vinculados	15	588	649				11	1		
Outros créditos	7	49.727	44.172							
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	8	(49.727)	(44.172)			16	1.015.223	1.015.223		
Imobilizado, líquido	10	447.412	473.073			16	100	84		
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	10 e 11	(447.412)	(473.073)				(991.601)	(983.289)		
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>54.715</b>	<b>54.715</b>				<b>23.722</b>	<b>32.018</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>222.846</b>	<b>221.435</b>				<b>222.846</b>	<b>221.435</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social integralizado		Reserva de capital - opções de ações outorgadas		Prejuízos acumulados		Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	1.015.223	1.015.223	71	71	(1.054.165)	(1.054.165)	(38.871)	(38.871)
Remuneração com base em ações de controladora	-	-	13	13	-	-	13	13
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	70.876	70.876	70.876	70.876
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	70.876	70.876	70.876	70.876
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	1.015.223	1.015.223	84	84	(983.289)	(983.289)	32.018	32.018
Remuneração com base em ações de controladora	-	-	16	16	-	-	16	16
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.312)	(8.312)	(8.312)	(8.312)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(8.312)	(8.312)	(8.312)	(8.312)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	1.015.223	1.015.223	100	100	(991.601)	(991.601)	23.722	23.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações Gerais**

**1.1. Aspectos gerais**

AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AESU", "Companhia" ou "Usina") é uma Companhia de capital fechado, de direito privado, sediada na cidade de Uruguiana, à Rodovia BR 472, Km 576, Estado do Rio Grande do Sul, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Vide nota 16), uma Companhia de capital aberto sediada na cidade de São Paulo, à Rua Lourenço Marques 158, e que, por sua vez, é indiretamente controlada pela The AES Corporation. A Companhia tem por objeto social a produção e a comercialização de energia termelétrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termelétricas, obras e edificações correlatas e a compra e importação de equipamentos para a geração. A Companhia está autorizada a funcionar como Produtora Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 180. A autorização tem prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997. A Companhia foi vencedora do processo licitatório realizado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE por meio do Edital de Concorrência Internacional nº CEE-96-8187, cujo objeto era a aquisição de potência e energia elétrica pela CEEE. Para satisfazer o objeto da licitação, a Companhia responsabilizou-se pela realização e implantação do conjunto de obras integrado pela usina termelétrica a gás natural, em ciclo combinado. Seu parque gerador é composto por uma usina termelétrica com capacidade instalada de 639,9 MW (Não auditado).

**1.2. Condições de operação da usina no exercício atual**  
Desde o início da hibernação, a Companhia tem enfrentado problemas com fornecimento de gás importado da Argentina junto a um único fornecedor, a Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. ("YPF"), em razão desta ter priorizado seu mercado interno e deixado, por longos períodos, de atender de forma contínua ao contrato para atendimento da Usina. Desde então, a operação e a rentabilidade da Usina ficaram fragilizadas. O cenário agravou-se em maio de 2008, com a interrupção total do fornecimento de gás à Companhia por parte desse fornecedor. Para que pudesse honrar os compromissos com as distribuidoras de energia elétrica (AES Sul, AES Eletropaulo, CEEE e RGE), a Companhia foi obrigada a comprar energia a um preço maior, por vezes, maior o preço de mercado no período anterior às distribuidoras, desencadeando sua significativa deterioração econômico-financeira. A Companhia evidenciou os esforços na busca por alternativas que pudessem viabilizar a continuidade das suas operações, mas nenhuma delas teve êxito. Durante o ano de 2009, foram reduzidos todos os contratos de energia com distribuidoras, e alterado seu término para 30 de dezembro de 2009, mediante o reconhecimento de exposição involuntária das distribuidoras, concedida pela ANEEL, e reconhecimento da impossibilidade de manutenção dos referidos contratos. Todos os acontecimentos determinaram a paralisação das atividades operacionais (hibernação) da Usina a partir de 01 de abril de 2009. A partir dessa data estão previstas somente as manutenções necessárias para que a planta possa ainda retornar à sua operação normal. A Administração da Companhia continua estudando alternativas que garantam a sustentabilidade das suas operações. Baseada nos eventos descritos acima e de acordo com o disposto nos parágrafos 66 a 69 do Artigo 14 - Provisões, passivos contingentes e obrigações, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 e o parágrafo 12-b do CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução CFC nº 1.110/07, a Companhia concluiu que, em razão dos ambientes econômico-financeiro e operacional não terem se alterado em relação aos exercícios anteriores não há indicativo para revisão da provisão para redução do provável valor de realização de ativos, registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, sendo mantida provisão para cobertura integral do ativo imobilizado (vide Notas 10 e 11). Os planos da Companhia para equacionamento de suas operações no atual cenário estão focados nas seguintes principais ações:

- Negociação acerca do Contrato de Importação de Gás com seu fornecedor, a YPF, tendo em vista a contínua falta de fornecimento de gás natural à Companhia; e
  - Solucionado o suprimento de gás natural, a Companhia continuará enviando esforços para buscar uma alternativa que viabilize a remuneração dos ativos da Usina.
- 1.3. Requerimento de arbitragem**  
Em 26 de abril de 2009, a AESU apresentou requerimento de arbitragem contra a YPF, empresa argentina responsável pelo fornecimento de gás à Companhia, perante a Câmara de Comércio Internacional ("ICC"), pleiteando o pagamento de indenização relacionada ao término do contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998 entre a YPF, AESU e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás). Em 6 de abril de 2009, a YPF apresentou requerimento de arbitragem contra a Companhia e as empresas Sulgás e Transportadora de Gás Del Mercosur S.A. (TGM) perante a Câmara de Comércio Internacional ("ICC") requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de que a Companhia e a empresa Sulgás repudiaram e, unilateralmente e ilegalmente, rescindiram o contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998, e de que seriam elas as responsáveis por todo e qualquer dano experimentado pelas partes por conta de tal término. Os consultores legais da Companhia entendem que a probabilidade de perda para esta arbitragem deve ser classificada como possível. Visando maior celeridade procedimental, em abril de 2011 os procedimentos arbitrais foram consolidados em apenas um caso, sendo estabelecido um novo calendário processual. Os atos do 3º trimestre de 2011 às partes apresentaram suas alegações iniciais. Em 31 de dezembro de 2011 não houve atualização referente ao andamento do requerimento da arbitragem.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 24 de fevereiro de 2012.

**2.1. Deterioração da conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as informações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela ANEEL. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação**  
A Companhia está apresentando suas demonstrações de resultado de 2011 e 2010 no formato estabelecido pelo Despacho nº 4.991 da ANEEL, emitido em 29 de dezembro de 2011. As alterações ocorridas na apresentação da demonstração do resultado resultaram em algumas alterações nas demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado. Desse modo, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas no mesmo formato dessas demonstrações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com o intuito de propiciar a comparabilidade das informações. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram auditados pelos auditores independentes. A administração do resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre este conceito, além do próprio resultado do exercício. Desta forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**  
**2.3.1. Moeda funcional e de apresentação**  
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.3.2. Transações em moeda estrangeira**  
As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira, reconhecidos pelo seu valor justo, são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

**3. Sumário das Práticas Contábeis**

**3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais de própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. **3.1.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**  
Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.1.2. Provisões para litígios e contingências**  
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o processo judicial ou administrativo e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- **Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado** - ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no período. Os juros, atualizações monetárias e variação cambial, quando aplicáveis, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não houve nenhuma alteração no valor justo reconhecido no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de realização de ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Ativos financeiros disponíveis para venda** - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

**3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualizações monetárias e variação cambial, quando aplicáveis, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não houve nenhuma alteração no valor justo reconhecido no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de realização de ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

**3.1.2. Concessionárias e outras contas a receber**

A Companhia classifica os saldos de consumidores, revendedores, concessionárias, permissionárias e outras contas a receber como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa (vide Nota 5 e 13).

**3.1.2.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

**3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são analisados, em bases anuais para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

**3.1.4. Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro nas demonstrações contábeis e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

**3.2. Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. Conforme comentado na nota nº 1.2, o ativo imobilizado da Companhia encontra-se integralmente provisionado, sem uma previsão de reversão ao seu valor de custo. A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data-base de 31 de dezembro de 2011. Consequentemente, na medida em que a depreciação é registrada contra o resultado do exercício, a provisão para desvalorização (*impairment*) desses ativos também é revertida contra o resultado do exercício, tornando-se nulo o efeito no resultado do exercício.

**3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou longa duração**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado com sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia considera que trata-se uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que a Companhia opera. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de longo prazo das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, ainda, com investimentos futuros significativos que poderiam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**3.4. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

**3.4.1. Provisões para litígios e contingências**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o processo judicial ou administrativo e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Notas	2011		2010	
		2011	411	2010	179

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**3.7.2. Imposto de renda e contribuição social correntes**  
 A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriadas.  
**3.7.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
 Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos. A Companhia não tem registrado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, sobre diferenças temporárias e saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, em razão de não apresentar expectativa de geração de lucro tributável futuro, conforme critérios requeridos pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A expectativa de a Companhia gerar lucros tributáveis futuros para possibilitar o registro de impostos diferidos ativos são revisados no final de cada exercício.

**3.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**  
 Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

**3.9. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**  
 Um ativo ou passivo é classificado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

**3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**  
 Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados a valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas-base das demonstrações contábeis a Companhia não possuía saldos significativos decorrentes de ajustes a valor presente.

**3.11. Pagamentos baseados em ações**  
 A AES Corp., mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações da AES Corp. são registradas na demonstração contábil. A outorga ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga. O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da AES Corp. exercidas pelos colaboradores da Companhia. O aporte dos recursos pela AES Corp. ocorre na entrega das ações na opção pelos colaboradores. Após o aporte dos recursos a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da AES Corp.

**3.12. Reconhecimento da receita**  
 As receitas de vendas incluem somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, está apresentada na Demonstração do Resultado, está demonstrada na Nota nº 17.

**3.12.1. Receita de venda de energia**  
 A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contábeis, ocorre em bases mensais.

**3.12.2. Receita de juros**  
 A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**3.13. Resultado por ação**  
 O resultado por ação é determinado considerando-se a média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

**3.14. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**  
 São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL. As empresas geradoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado na rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, no passivo circulante e não circulante, o valor da receita destinada a ser utilizada, de acordo com o período previsto para a realização dos investimentos.

**3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**  
 Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos.

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia na elaboração de suas demonstrações contábeis são discutidas a seguir.

**3.15.1. Vida útil dos bens do imobilizado**  
 Conforme descrito na Nota nº 3.2, a Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

**3.15.2. Perda por redução ao Provável Valor de Recuperação de Ativos Não Circulantes ou de Longa Duração**  
 Uma perda por redução ao provável valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade de caixa exceder o provável valor recuperável que o ativo ou unidade de caixa entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Conforme descrito na nota nº 3.3, o cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis no mercado e o cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia concluiu que não houve alteração no ambiente econômico-financeiro para possibilitar uma revisão dessa provisão (vide nota nº 1).

**3.15.3. Impostos**  
 Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários devido a sua complexidade, bem como a estimativa do valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza das transações e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, de acordo com as diretrizes do CPC 25, para possíveis consequências de auditorias realizadas pelas autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como: experiência de auditorias fiscais anteriores e divergência nas interpretações dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas divergências na interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes na respectiva jurisdição da Companhia. Julgamentos significativos da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**3.15.4. Valor justo de instrumentos financeiros**  
 O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação de mercado. Essas técnicas de avaliação incluem o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na Nota nº 23.

**3.15.5. Provisão para Litígios**  
 Conforme descrito na nota nº 3.4.1 a Companhia reconhece provisão para litígios quando é provável que haja uma saída de recursos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às incertezas inerentes ao processo de sua determinação, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**3.15.6. Transações com Pagamentos Baseados em Ações**  
 A Companhia mensura o custo de transações com funcionários liquidadas em ações com base no valor justo desses instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

**3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa**  
 As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

**3.17. Demonstrações do resultado**  
 A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

**3.18. Novos IFRS e interpretações do IFRIC**  
 Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e a administração do Brasil de novos pronunciamentos emitidos pelo IASB dependo revisão e tradução desses pronunciamentos pelo CPC e homologação pelos órgãos reguladores, no caso das companhias abertas pela CVM. A Administração da Companhia avaliou os eventuais impactos destes novos pronunciamentos e interpretações, conforme segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (*Financial Instruments*) - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 requer que todos os ativos financeiros sejam classificados na mesma base do modelo de negócio utilizado na administração de ativos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Os ativos são inicialmente mensurados pelo seu valor justo ajustado pelos custos de transação, exceto quando se trata de ativo avaliado pelo valor justo por meio do resultado. Ativos são avaliados subsequentemente pelo método do custo amortizado ou pelo valor justo. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas (*Consolidated Financial Statements*) - O IFRS 10 requer que a controladora apresente demonstrações contábeis consolidadas. A IFRS 10 define os princípios de controle e estabelece que os controles são baseados na determinação de quais entidades devem ser incluídas na consolidação das demonstrações contábeis. Um investidor controla uma investida se está exposta, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de impactar esses retornos através do poder exercido sobre essa investida. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui demonstrações contábeis consolidadas, portanto, não espera que esta alteração

cause impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 11 Contratos entre Empreendedores (*Joint Arrangements*) - Esse IFRS substitui o IAS 31 - Investimento em Empreendimentos em Conjunto. O IFRS 11 requer que um participante de um empreendimento em conjunto determine o tipo de contrato no qual está envolvido através da avaliação de seus direitos e obrigações provenientes desse arranjo. O IFRS classifica os empreendimentos em conjunto em 2 tipos - operações em conjunto e empreendimentos em conjunto. Em uma operação em conjunto as partes mantêm os direitos sobre os ativos e passivos relacionados com o contrato. Em um empreendimento em conjunto as partes têm direitos sobre o patrimônio líquido do empreendimento. A aviação dos direitos e obrigações pelas partes no arranjo deverá levar em conta a estrutura e a forma legal do arranjo, os termos contratuais do arranjo e, se relevante, outros fatos e circunstâncias. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui empreendimentos em conjunto, portanto não espera nenhum impacto em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades (*Disclosure of interest in other entities*) - O IFRS 12 requer a divulgação de informações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis a: (i) compreender os julgamentos e premissas utilizados na determinação da natureza, da participação em outras entidades ou arranjos em conjunto; (ii) a participação que não-controladores tem na atividades e no fluxo de caixa do grupo; (iii) avaliar a natureza e extensão de restrições no acesso ou uso de ativos e liquidação de passivos do grupo; (iv) avaliar a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com a participação nas entidades consolidadas; (v) a natureza extensão de sua participação em entidades não consolidadas bem como a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com essas entidades; (vi) a natureza e extensão de sua participação em arranjos com outros empreendedores, bem como a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com essas operações; (vii) avaliar as mudanças na participação dos controladores nas subsidiárias, quando não resultar em mudança de controle; e (viii) avaliar as consequências da perda de controle em subsidiárias durante o período em curso. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esse IFRS não traz impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, visto que a mesma não detém participação em outras entidades.

- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo (*Fair value measurement*) - O IFRS 13 define o valor justo como o preço que poderia ser recebido para vender um ativo ou pagar pela transferência de um passivo, em uma transação organizada entre participantes de mercado, em uma data de avaliação (i.e., um preço de saída). Esta definição de valor justo ressalta que o valor justo é baseado na avaliação do mercado e não em uma avaliação específica de uma entidade. Portanto, a intenção de uma entidade em manter o ativo ou liquidar ou honrar um passivo não é relevante na determinação do seu valor justo. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- IAS 27 Demonstrações contábeis separadas (*Separate financial statements*) - O IAS 27 foi modificado em 2011 em consequência da emissão do IFRS 10 - Demonstrações contábeis consolidadas. Dessa forma, o IAS 27 passou a conter requerimentos somente sobre as demonstrações contábeis separadas. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- IAS 28 Investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto (*Investments in associates and joint ventures*) - O IAS 28 foi modificado em 2011 para incluir os empreendimentos em conjunto no escopo desse pronunciamento, em razão de o método de equivalência patrimonial ser aplicável tanto para os investimentos em coligadas como em empreendimentos em conjunto. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui investimentos em coligadas ou empreendimentos em conjunto, e portanto, não espera nenhum impacto em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- Modificações no IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis (*Accruals to IAS 1 Presentation of financial statements*) - em junho de 2011 o IASB efetuou modificações no IAS 1, relacionadas com a apresentação dos itens registrados em ajustes de avaliação patrimonial (*other comprehensive income*), no patrimônio líquido. Essas modificações requerem que a Companhia agrupe os itens apresentados nessa rubrica de acordo com sua potencial realização (transferência) para lucros (prejuízos) acumulados. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- IAS 19 Benefícios a empregados (*Employee benefits*) - em junho de 2011 o IASB modificou o IAS 19 com o objetivo de introduzir melhorias nas seguintes áreas: (a) reconhecimento de mudanças no ativo/passivo líquidos dos planos de benefícios definidos; (b) mudanças, reduções nos benefícios ou liquidação do plano; (c) divulgação sobre planos de benefício definido; (d) contabilização de benefícios relacionados com desligamento; e (e) itens diversos relacionados com (i) a classificação de benefícios a empregados; (ii) estimativas da taxa de mortalidade; (iii) custos administrativos e tributários; (iv) riscos compartilhados e aspectos condicionais de indexação. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos decorrente da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. A aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e consequente registro do ganho ou perda atuarial não registrado em contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial e a utilização da taxa de desconto do passivo atuarial no cálculo do retorno dos ativos. A Companhia não espera nenhum impacto em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 15 R1 - Combinação de Negócios - Deliberação CVM nº 665 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 19 R1 - Investimentos em Empreendimentos Controlado em Conjunto - Deliberação CVM nº 666 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 35 - Demonstrações Separadas - Deliberação CVM nº 667 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 30 R2 - Demonstrações Consolidadas - Deliberação CVM nº 668 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 20 R1 - Custo de Empréstimos - Deliberação CVM nº 672 de 20 de outubro de 2011;
- CPC 21 R1 - Demonstração Intermediária - Deliberação CVM nº 673 de 20 de outubro de 2011;
- CPC 00 R1 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Deliberação CVM nº 675 de 13 de dezembro de 2011;
- CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Deliberação CVM nº 676 de 13 de dezembro de 2011;
- ICPC 01 R1 - Contratos de Concessão - Deliberação CVM nº 677 de 13 de dezembro de 2011;
- ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação - Deliberação CVM nº 677 de 13 de dezembro de 2011

A Companhia efetuou revisão dos pronunciamentos acima descritos e verificou que não há impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos. Os impactos identificados correspondem a melhorias nas divulgações, as quais foram consideradas nas demonstrações contábeis.

**4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

	2011	2010
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Numerário disponível	56	45
<b>Investimentos de curto prazo:</b>		
Operações compromissadas (I)	115.248	67.373
Certificados de depósitos bancários - CDB (I)	36.136	63.409
Títulos e valores mobiliários (II)	23.529	-
<b>Total</b>	<b>151.384</b>	<b>154.311</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

(I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados, em média, a 102,10% do CDI durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (102,58% do CDI em 31 de dezembro de 2010), e têm características de liquidez imediata.

(II) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC e têm características de liquidez imediata.

(\*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de venda pelo cliente, com prazos definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

A movimentação do imobilizado em serviço e em andamento e a depreciação e a amortização durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011					2010						
	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Veículos	Móveis e utensílios	Total	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Veículos	Móveis e utensílios	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	285	544.441	-	225	7.122	4.034	285	544.441	-	225	7.122	4.034
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização	(285)	(341.751)	-	(52)	(4.314)	(4.034)	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	40	-	(1)	590	-	-	-	-	(1)	-
Baixas	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)	-
Transferência	-	-	2.591	-	1.244	(3.835)	-	-	-	-	1.244	-
Outros	-	-	-	1	117	(118)	-	-	-	-	117	(118)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	285	547.072	154.675	225	8.482	631	285	547.072	154.675	225	8.482	631
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização	(285)	(319.355)	(133.024)	(32)	(4.905)	(631)	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	97	-	-	-	-	-	97
Transferência	-	-	559	-	(69)	(490)	-	-	-	-	(69)	(490)
Outros	-	-	-	194	-	-	-	-	-	-	-	194
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	285	547.631	154.669	225	8.413	238	285	547.631	154.669	225	8.413	238
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização	(285)	(294.830)	(133.218)	(14)	(3.986)	(238)	-	-	-	-	-	-

A movimentação do imobilizado em serviço e em andamento e a depreciação e a amortização durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011					2010						
	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Veículos	Móveis e utensílios	Total	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Veículos	Móveis e utensílios	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	285	544.441	-	225	7.122	4.034	285	544.441	-	225	7.122	4.034
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização	(285)	(341.751)	-	(52)	(4.314)	(4.034)	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	40	-	(1)	590	-	-	-	-	(1)	-
Baixas	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)	-
Transferência	-	-	2.591	-	1.244	(3.835)	-	-	-	-	1.244	-
Outros	-	-	-	1	117	(118)	-	-	-	-	117	(118)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	285	547.072	154.675	225	8.482	631	285	547.072	154.675	225	8.482	631
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização	(285)	(319.355)	(133.024)	(32)	(4.905)	(631)	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	97	-	-	-	-	-	97
Transferência	-	-	559	-	(69)	(490)	-	-	-	-	(69)	(490)
Outros	-	-	-	194	-	-	-	-	-	-	-	194
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	285	547.631	154.669	225	8.413	238	285	547.631	154.669	225	8.413	238
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização	(285)	(294.830)	(133.218)	(14)	(3.986)	(238)	-	-	-	-	-	-

A movimentação da provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos e perdas com contratos onerosos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

	2009					2010				
	Saldo dos ativos	Saldo das provisões	Saldo líquido	Reversão (provisão)	Atualização monetária	Acordo Sul Gás (**)	Acordo Sul Gás (**)	Saldo dos ativos	Saldo das provisões	Saldo líquido
Direito de uso de gás natural (Nota 8)	46.160	(39.954)	6.206	(1.988)	(4.218)	-	-	46.160	(39.954)	6.206
Imobilizado (Nota 10)	498.319	(498.319)	-	(25.246)	25.246	-	-	498.319	(498.319)	-
<b>Total</b>	<b>544.479</b>	<b>(538.273)</b>	<b>6.206</b>	<b>(27.234)</b>	<b>21.028</b>	-	-	<b>544.479</b>	<b>(538.273)</b>	<b>6.206</b>
Provisão para contratos onerosos (*)	-	(25.605)	-	2.188	(1.509)	4.102	2.084	-	(25.605)	-
<b>Total das provisões</b>	-	<b>(563.878)</b>	-	<b>23.216</b>	<b>(1.509)</b>	<b>4.102</b>	<b>2.084</b>	-	<b>(563.878)</b>	-
<b>2010</b>	<b>Saldo dos ativos</b>	<b>Saldo das provisões</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Reversão (provisão)</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>Acordo Sul Gás (**)</b>	<b>Acordo Sul Gás (**)</b>	<b>Saldo dos ativos</b>	<b>Saldo das provisões</b>	<b>Saldo líquido</b>
Direito de uso de gás natural (Nota 8)	46.160	(3								



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Conselheiros e Diretores da **AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.**

Uruguaiana - RS  
Examinamos as demonstrações contábeis da AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das

práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**  
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**  
Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a Companhia registra em 31 de dezembro de 2011, no ativo não circulante, valores a receber no montante de R\$33.121 mil (valor original - base de 31 de dezembro de 2001) e, no passivo não circulante, valores a pagar no montante de R\$70.887 mil (valor original - base de 31 de dezembro de 2002), relativos às transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até 31 de dezembro de 2002. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, nos últimos exercícios as operações da Companhia vêm sendo significativamente afetadas pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica, o qual era importado de seu único fornecedor, o que gera dúvidas quanto à sua capacidade de manter a continuidade de seus negócios. Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 11, essas condições adversas no ambiente econômico da Companhia, fizeram com que a sua Administração determinasse a paralisação das atividades operacionais (hibernação) e concluiu pela necessidade de registrar provisões para perda de valor de seus ativos de longo prazo, a qual totalizava R\$447.412 mil, em 31 de dezembro de 2011.

A Administração da Companhia, ciente de que os atuais controladores, com base nos correntes fatos e circunstâncias, não pretendem aplicar novos recursos financeiros nos seus negócios vem buscando a implementação de medidas para equacionamento de suas operações diante do atual cenário, dentro as quais se destaca a busca do equacionamento do fornecimento de gás, também mencionada na nota explicativa nº 1. As presentes demonstrações contábeis foram preparadas, no pressuposto do sucesso dessas medidas, principalmente aquelas relacionadas ao fornecimento de gás, que possam assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos demais ativos não alcançados pela provisão para perda de valor ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos caso a Companhia descontinuasse ou liquidasse seus negócios. Nossa opinião não está ressalvada em função destes assuntos.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012



**ERNST & YOUNG TERCO**  
Auditor Independente S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

**José Antonio de A. Navarrete**  
Contador CRC-1SP198698/O-4

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da **AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ 01.600.202/0001-37, sediada na cidade de Uruguaiana, à Rodovia BR 472, Km 576, Estado do Rio Grande do Sul, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012

Diretores:

**Arturo Enrique Gris Lindenthaler**  
Diretor

**Rinaldo Pecchio Junior**  
Diretor

**Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho**  
Diretor

# Quatro empresas. Uma só atitude.

O Grupo AES Brasil é formado por 4 empresas que geram e distribuem energia.

Nosso grupo é plural como o Brasil e global por vocação. Somos protagonistas de uma mudança sustentável.

Temos uma só energia e uma só atitude que fazem a diferença e transformam o mundo.

Conheça o Grupo AES Brasil:  
[www.aesbrasil.com.br](http://www.aesbrasil.com.br)



dttm/canzian/facc



**Uma só energia. Uma só atitude.**

AES Eletropaulo  
AES Sul  
AES Tietê  
AES Uruguaiana